



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 45 • 09 a 15/12/07 • ISSN1809-6182

## Especial

### **13/12/2007 - Congo: no "coração" da África o dilema entre independência e ditadura ..... p.01**

A República Democrática do Congo, antigo Zaire, tem sido palco de conflitos étnicos e disputas pelas riquezas naturais desde sua independência em 1960. Entre ditaduras, desastres humanitários e intervenções internacionais, o país atualmente tenta reconstruir-se.

## Análise

### **10/12/2007 - Política externa brasileira: alguns fatos dos 1805 dias do governo Lula ..... p.09**

Desde o início do seu mandato, o presidente Lula vem executado sua política externa pautado na estratégia de ação multilateral com autonomia, visando o pragmatismo como meio ação nas relações internacionais e buscando o desenvolvimento do país.

## Resenhas

### **13/12/2007 - Kosovo: independência ou autonomia ..... p.14**

Após mais de 10 anos desde a perda de autonomia, a independência da província sérvia parece mais próxima. Com a chegada do final do prazo para a elaboração de resoluções e o apoio dos EUA e da EU, uma declaração unilateral de independência parece a solução mais provável.

### **18/12/2007 - O novo relatório sobre o programa nuclear iraniano ..... p.18**

O Conselho de Inteligência Nacional do governo dos Estados Unidos publicou, no dia 3 de dezembro de 2007, uma Estimativa da Inteligência Nacional, relatório no qual são revisados os dados segundo os quais a República Islâmica do Irã possui um programa nuclear.

---

# Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura

---

Especial  
Segurança

Rodrigo Corrêa Teixeira e Luciana Mendes Barbosa  
13 de dezembro de 2007

---

**A República Democrática do Congo, antigo Zaire, tem sido palco de conflitos étnicos e disputas pelas riquezas naturais desde sua independência em 1960. Entre ditaduras, desastres humanitários e intervenções internacionais, o país atualmente tenta reconstruir-se.**

---

O traço retilíneo dos limites territoriais dos Países Africanos pode ser visto em Angola, Argélia, Botsuana, Chade, Líbia, Mali, Mauritânia, Namíbia, Níger, Quênia, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Somália, Tanzânia e Zâmbia. Essa configuração geopolítica por parte dos europeus, trouxe reflexos também, no litoral, antigo ponto estratégico de penetração do continente, desde o tempo das feitorias portuguesas. Países como Sudão, Guiné, Nigéria, República dos Camarões, República Centro-Africana, Congo, Quênia, tem pouca ou nenhuma fronteira marítima. A República Democrática do Congo tem cerca de 9.200 quilômetros de fronteiras terrestres e não chega a ter 50 quilômetros de litoral.

O Reino do Congo, na segunda metade do século XV, abrange um extenso território, com a administração descentralizada – com governos locais hereditários – e um bem organizado sistema comercial. Os navegadores portugueses, em 1485, ao chegarem à foz do Rio Congo, esperavam obter o domínio de uma zona do território africano através da cristianização e da "penetração pacífica". Foram trocadas as embaixadas entre as cortes de Portugal e do Congo e, em 1491, foi enviado o primeiro de vários contingentes de sacerdotes e artífices

qualificados a fim de dar início à transformação do reino num Estado cristão sob a proteção portuguesa.

A capital do Reino do Congo foi denominada São Salvador e reconstruída segundo os padrões das cidades europeias da época. Passados quase vinte anos, os objetivos da coroa portuguesa ainda não haviam sido concretizados. Os planos oficiais para o monopólio real sobre o comércio do Congo iam de encontro às atividades já anteriormente estabelecidas por comerciantes assentados em São Tomé, cujos interesses se concentravam no tráfico de escravos.

Em 1526, o Rei Dom Afonso do Congo procurou expulsar todos os europeus, com exceção dos sacerdotes e eliminar o tráfico mas, então, as autoridades regionais já estavam de tal modo envolvidas, que a captura e o tráfico de escravos havia se tornado uma atividade econômica importante. Afonso tentou, então, colocar o tráfico sob o controle real. Em consequência, os traficantes de São Tomé procuraram uma área mais ao sul que não estivesse sob o controle direto do Rei do Congo e se estabeleceram na região onde se situa Angola. O sucessor do rei Afonso, Dom Diogo (1545-1561), procurou reprimir as iniciativas daquela região, mas foi derrotado. O seu sucessor, Dom Álvaro I,

restaurou a ordem interna, no entanto buscou diretamente no Vaticano.

No começo do século XVII, os reis de Portugal afirmavam que o Congo estava sob a suserania, mas, na verdade, o projeto de dominar o reino fora abandonado. Os interesses de Portugal voltaram-se para a região de Angola e, em 1571, foi criada uma capitania hereditária, doada ao nobre Paulo Dias, que empreendeu a ação de conquista. Os comerciantes de São Tomé já estavam instalados nas ilhas defronte a Luanda, atual capital de Angola, e os representantes do governo de Portugal enfrentaram mais de um século de hostilidades, completando com diversos povos da região e também uma invasão holandesa de 1641 a 1648.

Os sonhos iniciais referentes à existência de minas de prata no interior tinham se esvaecido, a colonização agrícola fracassou e o empreendimento reduziu-se à constituição de caravanas comerciais e de assaltos a aldeias a fim de obter o maior número possível de africanos escravizados para o trabalho nas minas e na agricultura do Brasil. É neste período de grandes combates e incertezas que se destaca a figura da Rainha Ginga, de Matamba, como resistente à implantação da colônia portuguesa e o tráfico de escravos.

Os comerciantes portugueses estavam, porém, mais interessados no comércio de escravos e, para desenvolvê-lo, fomentaram intrigas na Corte de Manicongo e insurreições que acabaram por fragmentar o reino e por estender as guerras por longos períodos. Dessa sucessão de guerras internas, a tradição popular guarda, no Brasil, o nome da rainha Ginga de Matamba, que aparece em vários folguedos da festa de reis-negros do Rosário, no qual reis-do-congo<sup>1</sup> católicos lutam contra reis que não aceitam o cristianismo. A rainha Ginga aliou-se aos

holandeses para a tomada de Luanda, em 1640. Somente em 1656 assinou a rendição aos portugueses. É grande heroína do povo angolano, consagrada como governante politicamente hábil e firme opositora dos conquistadores europeus.

Um dos processos mais sangrentos de independência aconteceu no Congo Belga, depois chamado de Zaire, o segundo maior país africano em extensão territorial, depois do Sudão. O antigo Congo havia sido um presente da Conferência de Berlim<sup>2</sup> ao Rei Leopoldo II, da Bélgica, em 1885. Um presente e tanto: um vasto território rico em cobalto, ferro, potássio e... diamantes.

Com a Conferência, a então Associação Internacional do Congo (AIC) se torna Estado Independente do Congo (EIC), cujo soberano é Leopoldo II, tendo como sede do governo a cidade de Boma na província do Baixo Congo, depois Leopoldville, atual Kinshasa; dando início ao imperialismo e intensificação do colonialismo no novo território do Congo.

Até 1908, o Congo era tratado como propriedade pessoal do rei Leopoldo. Só naquele ano tornou-se uma colônia da Bélgica. Com tantas riquezas naturais à disposição, os belgas resistiram com uma forte repressão ao movimento de independência do Congo. A luta dos nacionalistas fez nascer um novo líder negro na África: Patrice Lumumba. A luta pela independência no Congo Belga ganhou intensidade em meados da década de 1950. Em 1958, no Congresso Pan-africano, o líder nacionalista Patrice Lumumba faria um discurso anticolonialista que lhe daria prestígio e fortaleceria a causa de seu país.

Os confrontos entre nativos e colonos belgas se intensificaram até a conquista definitiva da independência, em junho de 1960. Conflitos entre o novo governo e províncias

<sup>1</sup> Os reis coroados nesta festa, mas também designação para o folguedo oriundo da festa de reis-negros do Rosário em que se atribuía a etnia congo ao grupo de brincantes, presente em várias regiões do Brasil.

<sup>2</sup> A Conferência de Berlim realizada entre 1884-85 na Alemanha tinha como objetivo a partilha da África entre potências coloniais européias, suprimindo demarcações territoriais étnicas e históricas já existentes.

separatistas, no entanto, fizeram Lumumba, já no cargo de primeiro-ministro, pedir a intervenção militar da ONU e da União Soviética, chamando a atenção dos Estados Unidos, que apoiaram Joseph Desiré Mobutu a realizar um golpe de Estado, suspendendo o governo parlamentar.

Contudo, a tentativa de golpe fracassou e o governo foi devolvido ao presidente Joseph Kasavubu. Em setembro de 1960, Lumumba foi afastado do cargo e preso, por ordem de Kasavubu. Em fevereiro de 1961, o governo anunciou oficialmente sua morte. Patrice Lumumba recebeu homenagens da União Soviética, que batizou com o nome dele uma universidade em Moscou destinada a alunos estrangeiros. Iniciativas desse tipo faziam parte da luta ideológica da Guerra Fria.

#### **A ditadura de Mobutu e Kabila**

Em 1965, em meio a um novo período de instabilidade política, Mobutu deflagra um novo golpe militar, e se auto-proclama presidente da segunda República do Congo, eliminando todos os vestígios de democracia no país. Em 1971, sob o governo de Joseph Mobutu, decide alterar o nome do país, que passou o Congo Belga que passou a se chamar Zaire. Todos os zairenses com nomes europeus foram obrigados a adotar nomes africanos. O próprio presidente passou a Mobutu Sese Seko. Alguns países ocidentais ao perceberem Mobutu como homem forte do Zaire, trataram logo de apoiá-lo para manterem seus interesses capitalistas no coração do continente africano.

Com o avanço do socialismo entre os países vizinhos (Angola, República do Congo-Brazzaville, Moçambique, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Benin), em plena Guerra Fria, muitos países da Europa ocidental, como Bélgica, França, Alemanha e Estados Unidos apoiaram o regime ditatorial e sangrento de Mobutu.

Durante os 30 anos de ditadura Mobutu, o país passou por crises econômicas e sociais

graves e sucessivas, enfraquecendo o regime de um lado, e abrindo espaço para a emergência de movimentos opositores, de outro. Essas manifestações contrárias suscitaram graves violações dos direitos humanos no Congo, suscitando críticas da Anistia Internacional.

Em 1993, após ampla pressão exercida por seus aliados ocidentais, Mobutu cria uma nova legislação autorizando o retorno da pluralidade partidária, enquanto que a crise econômica e social se aprofunda, alimentando ainda mais a violência do regime. Sentindo-se acuado, em virtude das pressões domésticas e internacionais, Mobutu convoca em 1993 uma Conferência Nacional com o intuito de solucionar a crise e preparar a transição para um novo governo, ainda que através de manipulações e controle do jogo político, na tentativa de estender sua permanência no comando do Zaire.

Entre 1996-97, Mobutu é obrigado a retirar-se da presidência do país em decorrência de uma doença grave, nomeando em seu lugar o Primeiro-Ministro Kengo Wa Nondo, que não consegue controlar a situação no Norte do país e no Kivu. Enquanto líderes da Conferência Nacional e dos partidos de oposição mais representativos tentavam reconstruir a ordem, uma ação inusitada surpreendeu a todos: a AFDL (*Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo*), liderada por Laurent-Désiré Kabila e apoiada pelos tutsis<sup>3</sup>, conhecidos como Banyamulenges, entrou pelo leste do país - na fronteira com Uganda, Ruanda e Burundi - para libertar o Zaire da ditadura de Mobutu Sese Seko. As tropas de Mobutu corroídas pela corrupção foram incapazes de entrar em confronto com as forças da AFDL, que acabaram por tomar a capital Kinshasa. A mudança era inevitável e foi intermediada por Nelson Mandela em 1997, quando Kabila se auto-proclama presidente da República Democrática do Congo (RDC).

<sup>3</sup> Os tutsis estavam refugiados na fronteira leste do Congo em decorrência dos massacres ocorridos em seu país de origem: Ruanda.

Apesar do novo nome dado ao país, Kabila nunca convocou eleições democráticas no país e manteve a antiga rede de clientelismo que marcara o governo de Mobutu. O retorno à ditadura provocou revoltas entre os partidos políticos, que foram obrigados novamente a silenciarem-se. Assim como a permanência de um modelo ditatorial e clientelista de governo na RDC, foram mantidos também milícias e grupos armados de refugiados provenientes da região dos Grandes Lagos, tendo como ponto de apoio o território congolês. As medidas adotadas por Kabila, provocariam posteriormente, a cisão entre o governo e seus antigos aliados tutsis.

É importante ressaltar que a permanência de Mobutu à frente do Congo, antigo Zaire, durante um longo período, só foi possível graças ao apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros países ocidentais, na medida em que o Congo localizado no coração da África desempenhava um papel estratégico na contenção do avanço soviético na região em pela Guerra Fria.

### **Conflitos étnicos na região dos Grandes Lagos**

Uma das maiores causas da instabilidade presente na região dos Grandes Lagos na África é a decadência do Estado e instrumentos de governo do Congo. É nessa ótica que se inserem os conflitos dos Estados na região, cujo nome é derivado de um sistema de lagos e drenagens tributárias da porção central do Grande Vale do Rift na África<sup>4</sup>. Geograficamente a região é composta por nove estados: República Democrática do Congo, Uganda, Kenya, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Malawi e Moçambique, embora o nome “Grandes Lagos” refira-se

convencionalmente a um núcleo da região, cujos membros são o Congo, Ruanda, Burundi – ex-colônias belgas - Uganda e Tanzânia – ex-colônias britânicas. O alto nível de integração cultural e transações econômicas informais foram fragmentados por interesses políticos e sociais, o que têm causado inúmeros tumultos desde 1959.

O momento que define a história da região durante as últimas décadas do século XX foi o genocídio em Ruanda em 1994. Contudo, as raízes do genocídio repousam na história da construção da identidade étnica e mobilização contra o regime colonial. O traçado de muitos desses países, feito de maneira arbitrária, resultou na aglomeração de inúmeras tribos rivais no interior de um mesmo Estado colonial, gerando conflitos posteriores. Entretanto, os territórios de Ruanda e Burundi mantiveram as antigas divisões e práticas tradicionais preservadas, sendo exploradas inclusive pelas colônias européias através da implementação de uma administração indireta.

Aproveitando-se de uma estrutura social preexistente<sup>5</sup>, os alemães, e posteriormente os belgas, criaram diferenças cada vez mais acentuadas entre tutsis e hutus, através do emprego dos tutsis em atividades administrativas e militares e da segregação social dos hutus. Essa situação de exclusão levou à organização dos hutus, que em 1959 fundaram o Partido do Movimento de Emancipação Hutu (*Parmehutu*), que reivindicava a inclusão social do grupo e uma maior participação política. Nesse mesmo período eclode uma rebelião, em que camponeses hutus entraram em conflito violento com os tutsis, resultando na primeira onda de refugiados tutsis de Ruanda para países vizinhos, dentre eles o Congo.

<sup>4</sup> A região conhecida como *Great Rift Valley* (nome em inglês) é um complexo de falhas tectônicas, datando de 35 milhões de anos, geradas a partir da separação das placas tectônicas africana e arábica, cuja extensão atinge 5000 metros na direção norte-sul, desde o norte da Síria até a área central de Moçambique.

<sup>5</sup> Essa estrutura social altamente ordenada era composta por três diferentes etnias: os tutsis, que desempenhavam atividades pastoris e apresentavam maior estatura; os hutus, de tradição agrícola, que tinham baixa estatura e pele mais escura; e os twasdescendentes de pigmeus, sendo a minoria étnica.

Um dos resultados dessa revolução foi a abolição da estrutura feudal no campo e a tomada de poder pelos hutus. Entretanto, os tutsis, refugiados nas fronteiras dos países vizinhos se organizaram e empreenderam inúmeros ataques ao governo de Ruanda, que os reprimia de forma violenta, num movimento que se estendeu por cerca de quarenta anos.

Na região do Congo, em contraste à composição étnica relativamente “simples” daqueles países, onde dois grupos “étnicos” – tutsis e hutus - representavam 99% da sociedade e não havia muitas diferenças culturais entre eles, vivia cerca de 200 pequenos grupos étnicos distintos com grande diversidade cultural, política, religiosa e lingüística.

### Guerra Civil no Congo

Desentendimentos entre Kabila e seus aliados tutsis de Ruanda, Burundi e Uganda resultaram em rebeliões anti-Kabila em 1998, lideradas pelo *Rassemblement Congolais pour la Démocratie et la Libération du Congo* (RCD, sigla em francês), liderada por Laurent Nkunda, numa aliança com as tropas de Ruanda e, Uganda. Cabe ressaltar que Kabila apoiava claramente os movimentos insurgentes, cujas bases encontravam-se no interior das fronteiras do Congo, gerando grande instabilidade e desavenças entre os países vizinhos que, sob a alegação de estarem zelando por suas fronteiras, invadiram o leste do Congo à caça dos dissidentes, em sua maioria localizados em campos de refugiados.

Kabila, sentindo-se ameaçado, convoca a ajuda das tropas de Angola, Namíbia e Zimbábue para conter o avanço da RCD na porção leste do território congolês, enquanto que um outro movimento de rebelião chamado de Movimento Nacional para a Libertação Congo (MNLIC) e liderado por Jean-Pierre Bemba, abre uma outra frente de resistência no nordeste do Congo contra tropas governamentais. Os embates gerados no leste do país provocaram um intenso deslocamento das

populações para fora da zona de conflito, sem contar as mortes, que chegaram a atingir 3,5 milhões de pessoas.

Paralelamente, Kabila autoriza o retorno dos partidos políticos, a emergência de novos e o exercício legal de suas atividades. Além disso, Kabila convoca um debate nacional, e encontros com representantes de governos e rebeldes de países africanos (como Zâmbia, Angola, Namíbia, Zimbábue, Ruanda e Uganda), que resultaram no Acordo de Lusaka<sup>6</sup>. Nesse acordo, Ruanda e Uganda se comprometeram a retirar suas forças militares da região leste do país, caso o governo da RDC desarmasse os grupos dissidentes de refugiados de Ruanda, Uganda e Burundi que agiam no país. A desmilitarização e desmobilização dos refugiados no Congo era o principal ponto do acordo; e seu cumprimento resultaria na desocupação do território congolês e no reconhecimento a soberania do país.

Em 1999, foi estabelecida pela ONU a criação da MONUC (Comissão da ONU na República Democrática do Congo), que tinha como objetivo supervisionar os esforços de cessar-fogo entre os países beligerantes e auxiliar na desmobilização e desarmamento dos grupos insurgentes que atuavam no país, que fora paulatinamente alcançado.

Nesse ínterim (16 de Janeiro de 2001), Kabila foi assassinado, gerando um novo período de instabilidade política e social na RDC. A partir dos esforços de Joseph Kabila, filho e sucessor do presidente assassinado, em promover o diálogo entre os diversos grupos envolvidos no conflito no país, Ruanda e Congo assinaram um acordo de

---

<sup>6</sup> Esse acordo, assinado em 1998, teve como objetivo por fim à guerra iniciada neste mesmo ano na região de Kivu, localizada na porção leste do Congo, contra a administração de Laurent Désiré Kabila. Nele estava previstos o término das hostilidades, a retirada das forças estrangeiras (Ruanda, Uganda, Angola e Zimbábue), a presença da ONU para a manutenção da paz, além da busca de soluções entre os países envolvidos para a questão da segurança.

paz<sup>7</sup> em 2002, intermediados pela MONUC. Nesse novo acordo a retirada das tropas ruandesas do território da RDC foi mais uma vez negociada, exigindo-se como contrapartida a garantia do governo congolês de que desarmaria os grupos e milícias dissidentes instaladas em território congolês.

O governo provisório, presidido por Joseph Kabila, e mais quatro vice-presidentes, dentre eles o líder rebelde da MNLC, Jean-Pierre Bemba, permitia a existência de forças independentes, paralelas ao governo central, motivando inúmeros episódios de escala de violência interna no período de transição na RDC.

Com os sucessivos episódios de instabilidade política, a economia da República Democrática do Congo - um país com vasta riqueza potencial - declinou drasticamente. Os dois recentes conflitos, que se iniciaram em 1996, reduziram dramaticamente a produção nacional e as receitas do governo, aumentaram a dívida externa e resultaram em talvez uns 3,8 milhões de vítimas (cerca de 7% da população total), entre as vítimas diretas, as causadas pela fome e as devidas a doenças. As empresas estrangeiras retraíram-se em razão da incerteza quanto ao resultado dos conflitos, à falta de infra-estruturas e ao difícil ambiente empresarial.

A guerra civil intensificou o impacto de problemas básicos como uma estrutura legal incerta, corrupção, inflação e falta de abertura nas políticas econômicas e operações financeiras do governo. As condições melhoraram no fim de 2002 com a retirada de uma grande percentagem das tropas estrangeiras presentes no país. Algumas missões do FMI e do Banco Mundial reuniram-se com o governo para ajudá-lo a desenvolver um plano econômico coerente, e o presidente Joseph Kabila começou a implementar reformas.

<sup>7</sup> O acordo Sun City, assinado na África do Sul, previa o estabelecimento de um governo transitório que governaria por 2 anos até a realização de novas eleições.

### **Eleições no Congo - Rumo à democracia?**

O Congo (RDC) tem um papel tradicionalmente importante na estabilidade geopolítica da África Subsaariana<sup>8</sup>. As eleições de julho de 2006, previstas no Acordo de Sun City e realizadas com atraso, geraram muitos tumultos, na medida em que houve embates entre as forças dos dois principais candidatos à presidência: o então Presidente Joseph Kabila e seu vice Jean-Pierre Bemba. [Ver também: [Os embates na República Democrática do Congo em perspectiva histórica](#)]. Ademais, a falta de maioria absoluta no 1º turno conduziu a disputa para o 2º turno, no qual Joseph Kabila obteve vitória com 58% dos votos, contra os 42% recebidos por Bemba.

Essas eleições tiveram um papel importante na história do Congo, já que fora a primeira de caráter livre desde a independência do país, em 1960. Apesar de Joseph Kabila ter ganhado as eleições, ele não foi capaz de interditar, com base na constituição, o ex vice-presidente Bemba e seu exército particular, que só fora contido pela expedição de um mandato de prisão pelo Procurador-Geral da República, Tsaimanga Mukenda, resultando em sua fuga para a África do Sul.

As eleições do dia 30 de julho de 2007 foram as primeiras de caráter multipartidário em mais de 40 anos, contando com o comparecimento de quase 80% de eleitores às urnas, cerca de 27,5 milhões de pessoas, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ( PNUD).

A comunidade internacional voltou as atenções para o país para que as eleições transcorressem com transparência e tranquilidade. Para tanto, mais de 1700 observadores internacionais supervisionaram as eleições, além dos 35 mil do próprio país. As eleições custaram 500

<sup>8</sup> A região conhecida como África subsaariana está localizada na porção meridional do continente africano e é dividida ao norte pelo deserto do Saara, que corta o continente no sentido leste - oeste.

milhões de dólares para a ONU. Uma das expectativas era de que o candidato eleito de maneira legítima possa governar o país, que tem 58 milhões de habitantes, e acabar com anos de guerra no Congo.

Apesar da identificação de algumas irregularidades durante a votação e apuração por observadores internacionais muitos grupos disseram que não viram nada de irregular no processo de validação dos votos. Autoridades da ONU afirmaram que as primeiras eleições multipartidárias da República Democrática do Congo em 40 anos ocorreram sem grandes problemas e foram marcadas por uma grande participação dos eleitores.

O país teve a guerra civil formalmente suspensa há três anos, depois da assinatura de um acordo de paz envolvendo diferentes facções e o governo, mas as milícias não se desfizeram e ainda há confrontos em várias regiões do país.

Contudo, a recente democracia no país está ameaçada por um velho conhecido general rebelde no Congo: Laurent Nkunda, líder tutsi do RCD. Auxiliado por forças ruandesas, Nkunda ocupa a Província de Kivu do Norte, na porção leste do país, mantendo um exército paralelo de aproximadamente 5000 homens. Em outubro de 2007, Nkunda prometeu ao Presidente Kabila cooperar com o acordo para desarmamento do grupo guerrilheiro.

No entanto, novos embates entre o exército congolês e as forças rebeldes voltaram a ocorrer em decorrência da resistência de Nkunda. Agora em dezembro, Kabila enviou cerca de 20 mil soldados, juntamente com artilharia pesada na luta contra Nkunda. Porém, o grupo rebelde após uma primeira derrota recuperou-se e conseguiu retomar o controle da região.

Esses conflitos têm gerado grande instabilidade política para o recém-governo democrático de Kabila, acarretando inclusive temores internacionais de que um novo conflito violento e de caráter regional volte a ocorrer, como a guerra civil.

Na tentativa de dissolver a milícia liderada por Nkunda, O governo do Congo propôs um novo plano a ser iniciado em março, contudo Nkunda exige a permanência de seu exército em Kivu do Norte sob o pretexto de que suas famílias estariam protegidas. Uma outra exigência de Nkunda é a deportação e desmantelamento da milícia hutu de Ruanda, liderada por antigos genocidas do episódio ocorrido em 1994. No entanto, segundo informações publicadas pelo New York Times, o governo congolês e as Nações Unidas, argumentam que Nkunda é um senhor da guerra que busca proteger poderosos interesses políticos e financeiros e está simplesmente utilizando a motivos étnicos como pretexto.

Ainda neste mês, dezembro de 2007, o Conselho de Segurança da ONU votará sobre a renovação do mandato da força de manutenção de paz local, a MONUC, no país.

Ao mapear os conflitos no Congo, pôde-se perceber que suas raízes mais recentes encontram-se no Genocídio em Ruanda (1994) e na conseqüente desestabilização da região oriental do país, envolvendo pelo menos 9 países. A dimensão externa do conflito tem sido as invasões do território congolês por coalizões de países vizinhos, que reclamavam ameaças à sua segurança, enquanto que sua dimensão interna envolve múltiplas rebeliões internas. Ambas as dimensões do conflito estão conectadas às redes de interesses dos países ocidentais no abundante território congolês, beneficiando-se amplamente de um estado colapsado, bem como de competições étnicas, fomentadas por estes mesmos países.

## Referência

---

### Livros:

Nzongola-Ntalaja, Georges. **The Congo From Leopold to Kabila: A People's History**. Zed Books, London, 2002.



---

**Artigos:**

Kabenguele, Munanga. **A República Democrática do Congo - RDC**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br>. Acesso em 18 de dezembro de 2007.

**Sites:****Lê Monde Diplomatique:**

<http://diploma.uol.com.br>

**Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais:**

<http://www.ieei.pt/post.php?post=427>

**PNUD:**

<http://www.pnud.org.br/administracao/repportagens/index.php?id01=2171&lay=apu>

**Congo Digital:**

[www.digitalcongo.net](http://www.digitalcongo.net)

**All Africa:**

[www.allafrica.com/congo-kinshasa](http://www.allafrica.com/congo-kinshasa)

**L' Observatoire de l'Afrique Centrale:**

[www.obsac.com](http://www.obsac.com)

**G1:**

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL216598-5602,00-CONFLITO+NO+CONGO+AMEACA+CRIAR+NOVA+CRISE+REGIONAL.html>

**Ver Também:**

25-04-2007: [Os embates de março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva histórica](#)

---

# Política externa brasileira: alguns fatos dos 1805 dias do governo Lula

---

Análise  
Desenvolvimento

Joana Laura Marinho Nogueira  
10 de dezembro de 2007

---

**Desde o início do seu mandato, o presidente Lula vem executado sua política externa pautado na estratégia de ação multilateral com autonomia, visando o pragmatismo como meio ação nas relações internacionais e buscando o desenvolvimento do país.**

---

**E**m 01 de janeiro de 2003, assume a presidência do Brasil o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, ex-torneiro mecânico e ex-líder sindical. Este fato inaugura uma nova fase na recente história democrática do país, quando pelo voto livre e direto, 52 milhões de brasileiros elegeram um candidato de esquerda para governar o país. Quadro replicado quando, em 2006, o candidato do Partido dos Trabalhadores foi reeleito para o cargo, desta vez com mais de 58 milhões de votos considerando que o Brasil desde 2003 já tinha mais de 120 milhões de eleitores.

Esta aparente ruptura política, ocorrida em 2003, não é efetivamente verificada em todas as linhas políticas do atual governo. Não há dúvidas quanto à continuidade da política macroeconômica, que vem seguindo o viés ortodoxo, mantendo ainda o forte controle da inflação de forma semelhante a do governo de seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (doravante denominado FHC).

Todavia, apesar de todas as estratégias políticas estarem interligadas, não há como entender as demais linhas políticas do governo sem considerar a política econômica. O presente trabalho se propõe a analisar as linhas estratégicas da política

externa do atual governo brasileiro, buscando considerar as questões gerais que informam as ações governamentais.

Antes de considerarmos efetivamente a política do atual governo, retomaremos alguns pontos dos dois mandatos de FHC, entre 1994 e 2002, em que algumas ações e sujeitos têm seu momento de origem, de modo que o entendimento da continuidade ou ruptura venha a ser esclarecido.

Inserido num contexto interno de manutenção da recém-adquirida estabilidade econômica, a política externa do governo FHC baseava-se, segundo o professor da Unb, Alcidez Vaz, em três linhas gerais, a saber: a definição de um projeto regional brasileiro, a obtenção de melhores condições de acesso e abertura de novos mercados e a construção de novas parcerias internacionais. No entanto, devido às crises econômicas internacionais, e aos atentados de 11 de setembro de 2001, estas linhas sofreram fortes constrangimentos, o que levaram o governo a reconsiderar sua estratégia de ação.

Desse modo, o governo de Fernando Henrique teve sua estratégia externa muito condicionada a ganhos econômicos. Neste sentido, cabe destacar as questões iniciadas com a Reunião Ministerial de

Doha<sup>1</sup> da Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 2001, que ainda está em curso e é chamada a Rodada do Desenvolvimento. E ainda, as questões relacionadas à criação da ALCA<sup>2</sup>, além das novas regras impostas pelo governo estadunidense no pós-11 de setembro.

O Professor Amado Luiz Cervo denomina que o governo Cardoso baseava-se em eixos liberais que se desdobraram em erros estratégicos e tornaram a década de noventa uma “era das ilusões”.

Diante desta conjuntura é que o governo Lula erguerá seu governo, devendo corrigir rumos, retomar a diretriz das relações internacionais e principalmente refazer algumas reestruturações nas linhas da política externa para que a estrutura esteja sólida e possa resistir a possíveis crises ou abalos sistêmicos.

Logo em seu discurso de posse o novo presidente apresenta duas linhas que irão pautar suas decisões políticas. A primeira diz respeito ao déficit social do país e a segunda à promessa de maior autonomia para o país.

O diplomata Paulo Roberto de Almeida nos ajuda a pensar aquilo que à época se poderia esperar do novo governo: “atendidas algumas ênfases conceituais e a defesa afirmada da soberania nacional, a política externa do governo que inicia seu termo em janeiro de 2003 não destoará, substancialmente, da diplomacia conduzida de maneira bastante

profissional pelo Itamaraty no período recente, conformando aliás uma concordância de princípio com a tradicional ‘diplomacia do desenvolvimento’.”.

Antes, porém, da análise do que se efetivou como política de governo para o setor externo, cabe apontar que Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty e Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República de Relações Internacionais, são juntamente com o Presidente Lula, os formuladores destas estratégias política. Passa-se a discorrer sobre alguns dos principais vetores da política externa do governo Lula.

### **América do Sul**

O papel do subcontinente sul-americano, nele incluído as questões do Mercosul, e mais especificamente de países como Bolívia e Venezuela, se tornou bastante importante e tem ganhado importância especial na agenda presidencial.

No contexto da América do Sul, a posição brasileira é de retomar a liderança natural do país no subcontinente, uma vez que o país tem metade do território e é a maior economia da sub-região. O governo anterior vinha seguindo nesta direção, exemplo disso é a realização da primeira reunião dos presidentes sul-americanos, em 2000. Neste novo governo, executam-se ações mais efetivas na defesa do interesse nacional, principalmente a partir do incremento nas relações com seus vizinhos [ver também: [A Política Externa Brasileira e a América do Sul](#)].

Uma maior proximidade com os países fronteiriços acarreta não apenas ganhos, mas também alguns choques de interesses, a exemplo do ocorrido quando o presidente boliviano, Evo Morales, nacionalizou a produção dos hidrocarbonetos e tempos depois nacionalizou as plantas produtoras das empresas estrangeiras em território boliviano, como a Petrobras.

<sup>1</sup> A Rodada do Desenvolvimento, também conhecida como Rodada de Doha, ainda segue sem um acordo, pois há grandes divergências entre os países em desenvolvimento, que exigem maior liberalização em temas relacionados com a agricultura, enquanto os países desenvolvidos insistem em temas como propriedade intelectual e compras governamentais.

<sup>2</sup> A ALCA light foi um termo criado para denominar as tentativas de acordos da ALCA, que eram propostas, no entanto, estas não consideravam temas mais controversos para os países envolvidos.

Tais ações do governo boliviano causaram constrangimentos internacionais, principalmente entre os países vizinhos, e no Brasil, as reações mais críticas foram dos grupos de interesses e da oposição, frente à aparente imobilidade governista. Reação essa que *a posteriori* se mostrou apropriada, já que possibilitou a renegociação dos contratos e da relação entre a empresa e o governo boliviano, que foi finalizada a contento com a venda das plantas da empresa brasileira ao governo local [ver também: [Bolívia e a nacionalização dos hidrocarbonetos](#)].

Resolvidos os percalços com Morales, a diplomacia brasileira teve, em 2007, mais uma questão de atrito na vizinhança. Numa retomada das ações para o Mercosul, o novo governo assumiu a defesa da ampliação e fortalecimento do bloco, para isso a entrada da Venezuela tornou-se fundamental.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, em seus arroubos discursivos, muito atrapalhou na aceitação do seu país como membro efetivo do bloco, uma vez que se faz necessária à autorização pelo Congresso de cada um dos membros a entrada de um novo país ao Mercosul. E, ações do presidente venezuelano causaram constrangimentos ao Congresso brasileiro, levando ao atraso na votação e a necessidade de uma participação mais efetiva do executivo frente às comissões legislativas responsáveis pela aprovação do pedido de entrada da Venezuela no bloco [Ver também: [A Venezuela no Mercosul](#)].

Há de se considerar que o presidente Chávez em muitas oportunidades disputa carisma e onipresença na região com o Presidente Lula, o que requer “jogo de cintura” e uma competente estrutura diplomática, tendo sem dúvida sido bem sucedida, já que nenhum atrito foi criado.

### **O universalismo e a cooperação Sul-Sul**

No viés universalista de política externa, o incremento do modelo de cooperação Sul-Sul pauta desde o início do governo

petista as ações externas. Além do fortalecimento das relações com os vizinhos, houve a retomada dos parceiros africanos, e, ainda, a busca por relações estratégicas com potências regionais como a iniciativa IBAS - Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul -, além de incentivo à manutenção de fóruns multilaterais de cooperação e diálogo com diversas outras regiões do globo, a exemplo da FOCALAL - Fórum de Cooperação Ásia do Leste e América Latina e outros [Ver também: [Foro de Cooperação América Latina e Ásia do Leste](#)].

A prevalência da cooperação Sul-Sul não invalida, contudo, as relações do país com o mundo desenvolvido. Com os Estados Unidos da América (EUA), mesmo sem proferir apoio às ações no Iraque e apesar dos chefes do executivo dos dois países terem visões políticas bastante distintas, os presidentes vêm mantendo uma relação de equilíbrio. Esta relação vem permitindo que, mesmo apresentando posições contrárias, especialmente na questão ambiental, os países desenvolvam projetos de produção de biocombustíveis. Aliás, questão fundamental para a recente política externa.

Sob o pretexto da “diplomacia do etanol”, o presidente Lula vem propagando a imagem do Brasil pelo mundo. Com intuito de assinar acordos para o setor, o Presidente brasileiro já fez viagens dos Países Nórdicos à África. Esta posição reforça o viés universalista e pragmático da atual forma de execução e implementação da política externa.

Com a agenda internacional tomada por questões ambientais e os constantes aumentos no preço do petróleo e a insegurança energética em termos de gás natural, a agroenergia<sup>3</sup> tornou-se uma estratégia oportuna para universalização das relações internacionais. Ainda, estando o Brasil avançado tecnologicamente no setor, cria-se uma

---

<sup>3</sup> Vide Glossário.

oportunidade impar a ser explorada pelo país.

A chamada “diplomacia do etanol” vem sendo oportunamente explorada pelos formuladores de política externa no Brasil e não apenas como possibilidade de vender a tecnologia desenvolvida pelo país, mas também pelo viés desenvolvimentista incluído no tema. Uma vez que, a questão ambiental está contida na política, assim como a possibilidade de produção deste bem por países pouco desenvolvidos, ampliando a pauta de exportação dos mesmos.

Esta política também vem possibilitando o aumento no número de parceiros comerciais do país, na medida em que a cada nova viagem presidencial, pautada na política do etanol, seguem na comitiva presidencial representantes do empresariado brasileiro, que se reúnem com seus parceiros locais para promover intercâmbios e ainda mais comércio.

O relacionamento mais dependente com as potências globais vai aos poucos sendo substituído por relações mais equidistantes e equilibradas nas mais diversas regiões do globo. Do deslumbramento estadunidense dos anos Collor, ao “kantianismo ingênuo” do governo Fernando Henrique, os anos petistas vem se mostrando um pouco mais pragmáticos na inserção internacional do Estado brasileiro.

Todavia, deve-se considerar que a política externa do governo Lula vem apelando pela liderança a qualquer custo. Primeiro numa busca incessante por uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), desejo esse que levou ao reconhecimento da China como economia de mercado, em troca da promessa chinesa da defesa de uma profunda reforma na instituição. Não há dúvidas que uma reforma na Organização é necessária, mas que também não é para logo.

A diplomacia brasileira investiu tanto neste tema que se associou ao Japão,

Alemanha e Índia no chamado G-4, a fim de pressionar pela reforma. No entanto, há de se pensar que a China não apoiaria a entrada do Japão e os EUA seriam reticentes quanto à entrada da Alemanha, pois daria à União Européia mais um membro no Conselho.

Ademais, não se imagina uma reforma que agrade a todos, já que sem retirar poderes dos 5 membros permanentes ou estender esses poderes a outros membros não haveria qualquer mudança no atual cenário. Só nos resta acreditar que ainda há muita negociação e diplomacia para acontecer.

Não há dúvidas, porém, que o Brasil é um país de grande influência na América do Sul, mesmo por seu tamanho geográfico, sua economia e sua população. No entanto, disputar com qualquer país o papel de líder, ou mesmo correr atrás desta liderança, talvez não seja uma estratégia muito adequada. Ao buscar consolidar seu espaço no sistema internacional e considerando suas capacidades naturais, o país exercerá influência natural, podendo seguir com mais autonomia e independência, conquistando a necessária credibilidade.

Ainda é possível pontuar alguns fatos ocorridos durante o atual governo que informam sobre algumas outras linhas mais periféricas da política do atual governo, a saber: questões diplomáticas quanto à entrada de brasileiros em território estadunidense e a reciprocidade das ações; o enriquecimento do urânio, as potencialidades deste comércio e as inspeções não autorizadas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); impasse nas negociações da ALCA e da OMC quanto a questão agrícola; entre outros fatos mais pontuais que só corroboram com a estratégia de busca da autonomia e do pragmatismo que vem sendo objetivado pelo atual governo.

Pode-se dizer, portanto, que Lula assumiu uma postura de revisão de rumos da ação externa, numa perspectiva coerente com

as mudanças sistêmicas do pós-11 de setembro e os compromissos domésticos, todavia, sem se opor diretamente às vertentes do governo anterior. Isto posto, pode-se entender que muito menos do que uma ruptura houve apenas uma reordenação nos rumos da política externa.

O sistema internacional é dinâmico e as fragilidades do país são inúmeras e estão muito aparentes. Buscar uma inserção segura no sistema requer que sejam considerados não apenas os constrangimentos externos, a política doméstica deve ser considerada, pois equívocos desta ordem podem causar prejuízos consideráveis.

A consolidação da democracia, da estabilidade econômica e do desenvolvimento são etapas que são paulatinamente alcançadas. E, desde a ingênua abertura comercial nos anos 1990 até a atual política para o desenvolvimento de Lula, houve um contínuo aprendizado político. Neste período, em que erros foram corrigidos, etapas superadas. Resta ao governo buscar ainda mais, para tanto uma maior politização das questões externas é parte importante neste aprendizado.

O gigante, adormecido em berço esplendido, aos poucos vai acordando e buscando seu lugar no sistema internacional. As possibilidades são apresentadas pela conjuntura, resta inferir qual dos caminhos é o melhor. Não obstante, o governo deve *per si* criar suas próprias oportunidades, talvez haja um excesso de otimismo no ar. Ponderar custos é importante na política, mesmo sabendo-se que, o risco é parte do jogo. Resta-nos esperar os próximos 1116 dias do governo Lula.

## Referência

### Artigos:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A Política Externa do novo Governo do Presidente Luís*

*Inácio Lula da Silva retrospecto histórico e avaliação programática*. Disponível em: <[www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org)>. Acessado em : 03 dez. 2007.

CERVO, Amado Luiz. *A política exterior de Cardoso a Lula*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 46, Nº 01, pp. 5-11, 2003.

VAZ, Alcides Costa. *La política exterior del Gobierno Lula*. Nueva Sociedad. Vol. 187, pp. 139-152, 2003.

LIMA, Maria Regina Soares. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 48, No. 1, pp. 24-59, 2005.

### Sites:

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br>

### Ver Também:

14/11/2003: [A Política Externa Brasileira e a América do Sul](#)

14/11/2003: [A política externa brasileira e a cooperação entre os países em desenvolvimento](#)

01/06/2006: [Brasil e o contexto sul-americano](#)

10/11/2006: [Brasil 2006: A política externa brasileira na campanha presidencial](#)

25/07/2007: [A Venezuela no Mercosul](#)

27/08/2007: [Foro de Cooperação América Latina e Ásia do Leste](#)

19/09/2007: [Visita de Lula aos países nórdicos](#)

10/10/2007: [62a Assembléia Geral das Nações Unidas](#)

31/10/2007: [Presidente Lula em visita a quatro países do continente africano](#)

---

# Kosovo: independência ou autonomia

---

Resenha  
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro  
13 de dezembro de 2007

---

Após mais de 10 anos desde a perda de autonomia, a independência da província sérvia parece mais próxima. Com a chegada do final do prazo para a elaboração de resoluções e o apoio dos EUA e da EU, uma declaração unilateral de independência parece a solução mais provável.

---

A situação atual de Kosovo ocorre em decorrência de uma série de conflitos étnicos e religiosos que fizeram parte da região balcânica no século XX. Desde a Iugoslávia de Tito<sup>1</sup> de 1945, até o desmembramento total daquele país, os conflitos entre sérvios, bósnios, albaneses, kosovares, em suas variantes muçulmanas e cristãs compuseram o cotidiano dos habitantes da região.

Em dezembro de 2007, uma opção da Organização das Nações Unidas (ONU) e do governo sérvio sobre a independência, de Kosovo, que deveria ser declarada. Entretanto, até dia 10 de dezembro, as negociações não haviam atingido nenhum resultado satisfatório. A situação balcânica já foi muito mais violenta, impelindo atores internacionais a agirem, no entanto o *status* oficial do Kosovo, se autônomo ou independente, ainda causa distúrbios na região dos Balcãs.

O Kosovo é uma região montanhosa localizada ao nordeste da Albânia, sudeste de Monte-Negro, norte da Macedônia e ao sudoeste da Sérvia, sendo que o país engloba a região como uma de suas

províncias. Tradicionalmente uma região multiétnica, hoje a população kosovar é composta de 90% de albaneses muçulmanos e 6% de sérvios cristão-ortodoxos. Todavia, as identidades nacionais são definidas principalmente através do idioma, seja o sérvio ou albanês.

Durante o desmembramento da Iugoslávia<sup>2</sup>, os kosovares albaneses foram a primeira nacionalidade a organizar uma força militar, o Exército de Liberação do Kosovo (*Ushtria Çlirimtare e Kosovës* ou UÇK). O grupo lutava pela independência de Kosovo em relação à Iugoslávia e à Sérvia.

Kosovo já havia sido informalmente autônoma desde 1945 e formalmente desde o final da década de 1980, sendo que, a partir dessa data, milhares de sérvios saíram da região, declarando que foram expulsos por ameaças e violência dos albaneses-kosovares. A população sérvia pediu maior controle da situação por parte do governo, declarando que sem o apoio de outros países, o governo sérvio deveria sozinho acabar com a violência na

---

<sup>1</sup> O General Josip Broz Tito organizou a resistência anti-fascista durante a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, Tito resistiu ao alinhamento com EUA ou URSS, governando a Iugoslávia autonomamente, sem se alinhar a um dos lados, até sua morte em 1980.

<sup>2</sup> Com a decadência do comunismo mundial, iniciada pelo desmembramento da ex-URSS, a Iugoslávia também sofreu um processo de fragmentação. Durante esse processo vários conflitos surgiram na região que, em sua maioria, eram relativos à reivindicação de autonomia e independência.

região.

Em 1990, o presidente sérvio Slobodan Milosevic revogou o *status* autônomo de Kosovo como maneira de repreender os atos de violência albaneses, substituindo líderes locais e reincorporando completamente a região à Sérvia.

A reincorporação foi um golpe duro para os Kosovares: suas instituições políticas foram banidas, como a assembléia kosovar; as forças policiais albanesas foram trocadas por sérvias; o albanês deixou de ser a língua oficial da província; as indústrias, em sua maioria estatais, passaram ao controle sérvio; jornais e transmissões de rádio em albanês foram proibidas; e mais da metade dos estudantes universitários foram expulsos da universidade de Prístina (capital e maior cidade da região).

A repressão sérvia sob a direção do presidente Milosevic, contra o grupo guerrilheiro UÇK, foi generalizada em relação à população albanesa da região, não se limitando ao Exército de Liberação do Kosovo. Iniciou-se, então, um processo de “limpeza étnica” no qual uma população, utilizando forças militares ou para-militares e organismos políticos, buscou expulsar toda uma etnia de uma região específica. As forças sérvias perseguiram civis e para-militares albaneses, de maneira a forçar a saída dos kosovares albaneses em direção à Albânia. Os atos dos militares sérvios foram considerados mais tarde como crimes de guerra<sup>3</sup>.

Essa condição do conflito impeliu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a intervir militarmente na região em 1999. Ataques aéreos foram realizados contra os sérvios na primeira operação da organização internacional contra um país europeu e soberano. Os

ataques se concentraram inicialmente em alvos militares em Kosovo e na Sérvia, mas se estenderam posteriormente a outras instalações, como pontes, refinarias e centrais de comunicação. Durante os ataques, milhares de kosovares albaneses fugiram da região, reportando violência execuções e expulsão por parte das forças sérvias.

Desde a intervenção de 1999, Kosovo esteve sob tutela da ONU através de uma série de instituições especialmente criadas, mesmo que continuando oficialmente como uma província da Sérvia. A *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*<sup>4</sup> (UNMIK), foi instaurada para administrar a região e a *Kosovo Peace Implementation Force*<sup>5</sup> (KFOR) para garantir a segurança dos habitantes.

Em 2001, a UNMIK estabeleceu instituições provisórias de autogoverno, através das quais seria gradualmente transferido o controle administrativo da região para a população local. O objetivo central dessas instituições, e da UNMIK como um todo, era o de definir uma série de critérios de governabilidade estáveis para que o *status* do Kosovo pudesse ser discutido e definido.

Para presidir a UNMIK foi designado como enviado especial da ONU o ex-presidente da Finlândia Martti Ahtisaari. Entretanto, o processo foi extremamente lento, o que acarretou em revoltas por parte da população albanesa e na descrença da população sérvia em uma resolução eficaz. Dessa maneira, apenas em 2006 as negociações começaram efetivamente, tendo como participantes representantes de Belgrado (capital da Sérvia), Prístina (Capital do Kosovo) e um “Grupo de Contato” do qual participam Estados Unidos (EUA), Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Rússia.

As posições se contrabalançavam com Rússia e Sérvia em favor da autonomia e

<sup>3</sup> Milosevic foi indiciado em 1999 pela ONU, através do Tribunal Criminal Internacional para a Ex-Iugoslavia, por cometer crimes contra a humanidade no Kosovo.

<sup>4</sup> Missão interina de administração no Kosovo

<sup>5</sup> Força de implementação da paz no Kosovo





kosovares albaneses e os outros membros do Grupo de Contato a favor da independência<sup>6</sup>.

Como resultado das negociações, foi elaborado em 26 de março de 2007 o Plano Ahtisaari, que deveria estabelecer as diretrizes para determinar o futuro *status* de Kosovo e as condições em que o processo de transição deveria ocorrer. A proposta foi apresentada ao Secretário das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que, então o encaminhou com todo apoio ao Conselho de Segurança.

O plano Artisaari estabelece que Kosovo deveria se concretizar em uma sociedade multiétnica independente e sob a “supervisão” de atores internacionais<sup>7</sup>. O plano prevê ainda que: a região tem direito a estabelecer uma série de símbolos nacionais como bandeira e hino; a possibilidade de comercializar independentemente com outros países; e a manutenção da KFOR para manutenção da segurança de albaneses e da minoria sérvia. Como primeiro passo, Kosovo deveria adotar uma comissão constitucional de 21 membros, dos quais três deveriam ser de origem sérvia e três de outras minorias. Após a aprovação da Constituição pela assembleia kosovar, eleições deveriam ocorrer após nove meses. Em suma, o plano especifica a criação de um Estado Kosovar *semi*-independente.

A negociação da implementação do plano, porém, não foi bem sucedida, alongando o

prazo para a entrega de um documento final para dia 10 de dezembro de 2007. A Conferência de Baden<sup>8</sup>, nos dias 26 e 28 de novembro, representou a tentativa mais recente de negociação diplomática entre as partes, agora reduzidas à “Troika”<sup>9</sup> (EUA, União Européia e Rússia), Sérvia e Kosovo. Todavia, a posição Sérvia apoiada pela Rússia representou, mais uma vez, um obstáculo intransponível para a implementação imediata do plano.

A pressão do grupo formado por EUA e pela União Européia (UE) tende a facilitar o processo de independência. Esse fator é relevante principalmente dada a posição da própria Sérvia diante da Europa, já que aquela procura construir seu futuro como um Estado integrado à UE. Entretanto, outros países como Grécia e Eslovênia, já dentro da comunidade, podem se declarar contrários à proposta, dado seu próprio histórico de movimentos separatistas. Para a UE é essencial demonstrar a unidade da política de segurança do bloco, de maneira a garantir sua posição como um ator influente na política internacional dentro e fora da Europa. A participação internacional no âmbito militar foi bem sucedida, garantindo a paz na região, todavia, a conclusão do processo diplomático ainda se encontra em dificuldades.

Desde a década de 1990, Kosovo se encontra em estado dúbio sobre a declaração de seu *status* em diferentes níveis de análise, interno, regional e internacional. Os processos para a definição de sua condição têm envolvido atores internacionais como a ONU e a OTAN que, entretanto, não conseguiram atingir nenhum progresso expressivo.

<sup>6</sup> Diferentemente da independência, que criaria um estado kosovar completamente independente da Sérvia, a autonomia permitiria que o Kosovo possuísse instituições políticas e nacionais, mas seria dependente da Sérvia em aspectos relativos à segurança e economia internacional.

<sup>7</sup> 1.1.1 The international community shall supervise, monitor and have all **necessary** powers to ensure effective and efficient implementation of this Settlement, as set forth in Annexes IX, X and XI. Kosovo shall also issue an invitation to the international community to assist Kosovo in successfully fulfilling its obligations to this end.

<sup>8</sup> A conferência foi realizada em Baden, Áustria, com a participação de EUA, UE e Rússia, tendo três dias de duração. Foi importante, principalmente, para reforçar o compromisso das duas partes, Kosovo e Sérvia, de não buscarem a violência nas negociações.

<sup>9</sup> Palavra em russo que significa grupo de três ou tríade.



Aliado a isso, a posição do governo sérvio, com o apoio da Federação Russa, contra a criação de um Estado Kosovar, compõe as principais condições desfavoráveis para a resolução do conflito.

A intervenção internacional do Kosovo, principalmente por parte da OTAN, deu início a algumas das missões pioneiras que estabeleceram o padrão das operações “humanitárias” por parte da organização e auxiliaram na organização de futuras missões da ONU. Mas a situação política vai muito além do conflito armado entre milícias kosovares e forças sérvias.

Além disso, a história conflituosa entre as comunidades étnicas e a continuidade dos sentimentos agressivos entre elas apresentam dificuldades na elaboração de uma solução definitiva para o povo Kosovar. Cada vez mais insatisfeitos com os próprios dirigentes e com os organismos internacionais, os kosovares aos poucos perdem a fé nas soluções diplomáticas, o que poderia levar a mais confrontos na região balcânica. Em contraposição à solução sérvia, relacionada a uma grande autonomia da região, a solução mais aparente para o conflito seria uma declaração unilateral de independência dos kosovares, apoiada por outros países e órgãos internacionais.

#### **Meridiano 41**

<http://meridiano47.info/>

#### **BBC News**

<http://news.bbc.co.uk>

#### **OTAN**

<http://www.nato.int>

#### **United Nations Special Envoy for Kosovo**

<http://www.unosek.org>

## **Referência**

---

#### **Sites:**

#### **South Eastern Times**

<http://www.setimes.com>

#### **Crisis Group**

<http://www.crisisgroup.org>

#### **Plano Artissaari (Comprehensive Proposal)**

[http://www.unosek.org/docref/Comprehensive\\_proposal-english.pdf](http://www.unosek.org/docref/Comprehensive_proposal-english.pdf)



---

# O novo relatório sobre o programa nuclear iraniano

---

Resenha  
Segurança

Anna Claudia de Santana Menezes  
19 de dezembro de 2007

---

O Conselho de Inteligência Nacional do governo dos Estados Unidos publicou, no dia 3 de dezembro de 2007, uma Estimativa da Inteligência Nacional, relatório no qual são revisados os dados segundo os quais a República Islâmica do Irã possui um programa nuclear.

---

Um relatório divulgado na segunda-feira, dia 3 de dezembro de 2007, apresenta novas perspectivas sobre o programa nuclear iraniano. O documento é uma Estimativa da Inteligência Nacional (NIE, sigla em inglês), que representa um consenso entre 16 agências de inteligência estadunidenses.

Os NIEs são os documentos mais importantes e com maior autoridade de julgamento na Comunidade de Inteligência (CI, sigla em inglês) do governo dos Estados Unidos da América (EUA). Eles analisam todos os assuntos relacionados à segurança nacional e têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento de políticas para a proteção dos interesses nacionais dos EUA.

O relatório, denominado *“National Intelligence Estimate Key Judgments: Iran: Nuclear Intentions and Capabilities”*<sup>1</sup>, foi realizado a pedido do Congresso estadunidense, e tem como meta avaliar o *status* do programa nuclear iraniano e qual será sua projeção nos próximos 10 anos.

O documento atesta que o programa nuclear iraniano foi suspenso em 2003, e continua da mesma forma atualmente. Provavelmente, declara o NIE, a decisão de interromper seu programa foi consequência “do aumento da investigação internacional minuciosa e da pressão resultante da exposição do projeto iraniano nuclear não declarado.”.

Além disso, relata que o país continua a enriquecer urânio, o que poderia prover Teerã com material suficiente para a produção de arma nuclear em meados da próxima década. Não obstante, nega as previsões feitas por agências de inteligência em 2005, segundo as quais o Estado islâmico teria um projeto secreto de construção de defesa nuclear.

O relatório não posiciona o Irã como um “Estado Paria”<sup>2</sup> que age de forma irracional para adentrar o clube das potências nucleares. Alega que as decisões iranianas não se baseiam em um ímpeto para a obtenção de armas nucleares sem antes considerar os custos políticos,

---

<sup>1</sup> “Julgamentos-chave da Estimativa da Inteligência Nacional: Intenções e Capacidades nucleares do Irã”.

<sup>2</sup> O termo “Estado Paria” se refere aos Estados que, de acordo com o governo dos Estados Unidos da América, patrocinam o terrorismo, rejeitam os direitos humanos, estão determinados a adquirir armas de destruição em massa e desrespeitam as leis do Direito Internacional.

militares e econômicos; ao contrário, guiam-se por cálculos custo-benefício.

O NIE chega à conclusão que, se Teerã fosse retomar seu programa, isso demoraria no mínimo dois anos antes que o país pudesse enriquecer o urânio necessário para construir uma bomba nuclear. De acordo com o documento, seria “muito improvável” que o Irã atingisse esse objetivo antes de 2013, devido a “previsíveis problemas técnicos e no programa.”.

Por fim, o documento exprime que seria complicado e difícil fazer com que os líderes iranianos desistam de obter uma bomba nuclear, uma vez que esta tem grande importância nos objetivos estratégicos do país no Oriente Médio.

A administração George W. Bush insiste que, apesar de tais conclusões do NIE, o Irã e seu programa nuclear continuam a ser uma grande ameaça à segurança regional. Segundo o Secretário de Defesa, Robert Gates, “não há dúvida que a política iraniana de desestabilização é uma ameaça aos interesses estadunidense e de qualquer país do Oriente Médio.”. Exemplos dessa política são, de acordo com o Secretário de Defesa: a tentativa de desequilíbrio do Afeganistão e Iraque; o apoio ao Hamas<sup>3</sup> e Hizballah<sup>4</sup>; e o desenvolvimento de mísseis de médio alcance.

Com a finalidade de pressionar os aliados

<sup>3</sup> Hamas, Movimento de Resistência Islâmica, é um grupo palestino que tem como meta principal o estabelecimento do Estado palestino e a eliminação completa de Israel em uma guerra santa. É considerada uma organização terrorista pelos Estados Unidos da América e pela União Européia.

<sup>4</sup> Hizballah é um grupo armado que integra o Parlamento e gabinetes libanês. Possui a meta de expulsar as forças israelenses do país, combater o “imperialismo ocidental” e instituir no Líbano uma república islâmica que seria o único modo de garantia de igualdade entre os libaneses. É reconhecida auxiliada pela Síria e Irã, e é caracterizada como terrorista pelo governo estadunidense.

no Golfo, Gates reafirmou o compromisso de Washington com a região, encorajou acordos bilaterais com os EUA para contrabalançar o Irã, além de oferecer uma área fértil de cooperação na qual “serão compartilhadas informações e defesa aérea, marítima e míssil.”.

Alguns líderes da região, entretanto, declararam que preferem uma solução diplomática e pacífica para a questão. Sheikh Hamad bin Jassim bin Jabr al Thani, Primeiro-Ministro do Qatar, argumentou que os EUA não devem tentar excluir o Irã da região, mas sim começar a dialogar diretamente com o país. Gary More, analista do Conselho estadunidense para Relações Internacionais, alegou que essas críticas são reflexos das preocupações sobre as intenções da Casa Branca: “os países do Golfo estão inseguros e ressentidos, mas estão em uma posição muito fraca.”.

Opinião diferente possui o Estado de Israel. Serviços de inteligência israelense estimam que o Irã interrompeu seu programa nuclear em 2003, mas retomou suas atividades em 2005, acelerando o enriquecimento de urânio e o desenvolvimento de mísseis balísticos. Contudo, de acordo com Tel Avi, o projeto iraniano está limitado pela pressão internacional e por dificuldades econômicas e técnicas.

George W. Bush declarou que o relatório não é um motivo para “relaxar e desistir”, mas sim uma confirmação de que o que aconteceu no passado pode se repetir, ou seja, que a República Islâmica do Irã possa retomar seu projeto nuclear. Ademais, confirmou que os EUA continuarão a isolar Teerã, afirmando que o NIE é um “alerta” para a comunidade internacional. Isso porque o Irã poderia retomar o programa e conduzi-lo de forma clandestina, “o que colocaria em perigo o mundo”.

O serviço de inteligência estadunidense estima que a publicação do documento acontece em um momento inapropriado,

pois coloca em xeque os esforços da administração para impor uma terceira sanção ao Irã na Organização das Nações Unidas (ONU). O primeiro pacote de sanções foi aprovado em dezembro de 2006 e requer que todos os países parem de fornecer material e tecnologia que poderiam ser usados pelo país em seus programas nuclear e míssil. O segundo pacote, homologado em março de 2007, bane armas de origem iraniana e aprofunda a lista de companhias e indivíduos sujeitos a ter suas posses bloqueadas.

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, classificou o relatório como uma declaração de vitória do povo iraniano sobre as grandes potências. Teerã caracterizou o NIE como um “passo positivo” que, se seguido por outros passos similares, reverterá a situação, liberando o caminho para equacionar as questões regionais e bilaterais. Todavia, o Ministro das Relações Exteriores iraniano, Manouchehr Mottaki, disse que 70% do relatório estão corretos, mas os 30% restantes estão errados, pois os EUA se recusam a confessar a verdade com receio de perder toda a sua reputação.

O documento neutraliza a retórica do presidente Bush, que vinha evocando a possibilidade de uma terceira guerra mundial caso o mundo não agisse rápido para deter os iranianos de adquirirem conhecimento e urânio suficientes para construir uma bomba nuclear.

No entanto, presidente Bush afirmou que o relatório não trará mudanças na política de Washington com relação ao Irã, pois o país continua sendo uma ameaça à comunidade internacional. Dessa forma, os EUA darão prosseguimento à tentativa de insular o país islâmico. O NIE foi um “mostrou claramente que o Irã precisa ser levado à sério como uma ameaça à paz internacional”, argumenta George W. Bush.

## Referência

### Sites:

#### Herald Tribune

<http://www.heraldtribune.co>

#### National Intelligence Estimate Key Judgments: Iran: Nuclear Intentions and Capabilities

[http://www.dni.gov/press\\_releases/20071203\\_release.pdf](http://www.dni.gov/press_releases/20071203_release.pdf)

#### The Guardian

<http://www.theguardian.co/>

#### The Nacional Security Strategy of the United States of America

<http://slomanson.tjssl.edu/NSS.pdf>

#### The New York Times

<http://www.nytimes.com/>

### Ver Também:

16-07-2006: [Eixo do Mal, Segunda Rodada](#)

16-01-2005:  [Hamas \(perfil\)](#)

05-11-2004:  [Hezbollah \(perfil\)](#)

16-06-2006:  [O programa nuclear do Irã, novos acontecimentos](#)



## Conjuntura Internacional

### Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof<sup>a</sup>. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof<sup>a</sup>. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof<sup>a</sup>. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

